



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 14/2024

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, sob coordenação da Presidência de **JOÃO VIRGÍLIO DE ALMEIDA GARCIA**, e na presença das seguintes representações:

ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS:

Ana Cristina Aguiar de Oliveira (S), **Associação Beneficente Amurt Amurtel, Coras Restinga 2**; Camila Spies Lopes (T), **Instituto Leonardo Murialdo - Associação Protetora da Infância – Coras Partenon**; Antônio Izael Rodrigues Santos (T), **Instituto Cultural São Francisco de Assis**; Tranquilo Fiametti (T), **Fundação Fé e Alegria, Coras Humaitá/Navegantes**; e Darcila Rodrigues Pellegrino (S), **Lar Gustavo Nordlund, Coras Nordeste**.

ENTIDADES E/OU REPRESENTAÇÕES DE TRABALHADORES DO SUAS:

Dafne Rodrigues Pellegrino (T), **Conselho Regional de Psicologia – CRP – 7ª REGIÃO**; Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**; Heloísa Leão Viñolo (T), **Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória**; e Warná Frúhauf (T), **SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS, Coras Sul**.

ENTIDADES DE ORGANIZAÇÕES E/OU REPRESENTAÇÕES DE USUÁRIOS:

Tânia Mara da Silva Garcia (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar**; Gérson Luiz dos Reis Martins (T), **Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste**; e Juramar Vargas (T), **Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas**.

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

Kátia Patrícia de Oliveira (S), João Virgílio de Almeida Garcia (T) e Cristiane Tubelo Bettio (S), **FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania**; Bruno Beltrame de Oliveira (T), **SMGOV – Secretaria Municipal de Governança Local**; Carine Moraes (S) e Micheli Viegas Bento (S), **SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**; Maria Marlene Jardim de Melo (T), **SMED – Secretaria Municipal de Educação**; Sônia Rejane dos Santos Vieira (T), **SMF – Secretaria Municipal da Fazenda**; Cleisson Lunardelli Sessegolo

(T), **SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude**; Fernanda Kerbes (T), **SMS - Secretaria Municipal de Saúde**; Maria Angélica da Rosa Chies (S), **SMAP – Secretaria Municipal de Planejamento de Administração e Patrimônio**; Adriana Furtado Pereira da Silva (T), **SMPAE – Secretaria Municipal De Planejamento e Assuntos Estratégicos**; Cíntia Bolson (S), **SMTC – Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria**; Leonardo Bono (T), **SMCEC – Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa**; e André Luis de Oliveira Ribeiro (S), **SMSEG – Secretaria Municipal de Segurança**.

DEMAIS PRESENTES:

Neuza Nunes e Fernando Viana, **ASSEPLA-FASC**; Deise Silveira, **SMF**; Rubens Bertolin, **SMGOV**; Joice Lopes da Silva e Raquel Zardin, **CGBCAD-FASC**; Marilane Ribeiro e Loiva Dietrich, **DT-FASC**; Almadiva Gomes do Valle e João Fabiano, **Secretária Executiva do CMAS**; Jucemara Beltrame, **Assessoria Jurídica CMAS**; Fabiana Gross Reinehr, **Assessoria Técnica do CMAS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa**.

PAUTA:

1. Troca de conselheiras da SMDS;
2. Alteração de representação nas Comissões;
3. Retificação das Resoluções 82/2024 e 88/2024;
4. Homologação da Resolução 101/2024 – Ad Referendum Estadia Solidária;
5. PLOA 2025;
6. CADÚNICO;
7. NUP – Projeto Trabalho Social com Famílias;
8. Troca do Atestado de Funcionamento pela Declaração de Inscrição;
9. Comissão de Normas;
10. Comissão Eleitoral.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos às 14h00min:

João Virgílio de Almeida Garcia (T) – FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Boa tarde. Só para comunicar que a gente só trocou o local pela falta de luz ali no CMAS. E aí solicitamos para virem para cá. Nós temos como primeira pauta aqui na plenária ordinária do dia 09/09, início às 14:00, Pauta 14/2024. Primeira pauta é:

1. TROCA DE CONSELHEIRAS DA SMDS;

Substituir a Ester Mirian Soares Rodrigues por Micheli Viegas Bento e substituir a Luciana Medina de Sousa Martinez por Carine Moraes. A Micheli e a Carine estão presentes? Então, sejam bem-vindas ao CMAS. Qualquer dúvida estamos à disposição para esclarecer, certo? A Micheli é assistente social, e a Carine também é assistente social. Legal. Ok. E a alteração de representação das comissões.

2. ALTERAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO NAS COMISSÕES;

Também é só um informe. A Cristina Betio vai compor a Comissão de Normas. E a Cátia Patrícia vai compor a Comissão de Fiscalização.

3. RETIFICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 82/2024 E 88/2024;

Aqui nós temos a retificação das Resoluções 82 e 88. Nós tivemos a aquisição de computadores no período de execução e outras informações. A aquisição de três computadores para o trabalho do CadÚnico. Fonte de Recurso: Fundo Nacional de Assistência Social, IGD e PBFP. Recurso: R\$ 145.340,00. Essa ação do plano não havia sido aprovada. Isto consta na Resolução 88: ações não aprovadas. Com a ressalva de solicitar o contrato ou o termo de colaboração. Como chegou o termo até nós, foi encaminhado pela Executiva para que na plenária seja esclarecida essa questão e retificada a Resolução 82: ações aprovadas, incluindo assim esta ação de aquisição dos computadores no plano de planejamento das ações para a calamidade pública e de emergência. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fontas – Coras Restinga 01:** Acho que só para a gente relembrar um pouquinho a memória. Na realidade, essa era uma proposta do projeto da calamidade. Lá tinha a questão, então, da demanda dos computadores e os conselheiros tinham dúvida já que a gente tem tantas resoluções aqui de compras de computadores e tudo mais. Então, se pediu esse termo. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** E aí se pediu o termo, para ver se no termo isso estava incluído: computadores. Veio o termo, está incluído que a FASC que é a responsável pela entrega dos computadores. A partir disso se fez essa retificação. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, nós tiramos das não aprovadas e passamos para a 82, aprovadas, esta parte. Certo? Então, votação. Quem aprova, levante a mão. Quem se abstém? Uma abstenção. Quem não aprova? Então, **APROVADA A RETIFICAÇÃO.**

4. HOMOLOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO 101/2024 – AD REFERENDUM ESTADIA SOLIDÁRIA;

Então, no dia 29 de agosto a gente teve que fazer um ad referendum. Ajuda aqui, **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**: Na realidade, pessoal, o Estadia Solidária veio e a gente tinha um prazo. Teve uma relação de pessoas que foram encaminhadas para o Governo do Estado para receberem o Estadia Solidária. Depois disso foi feito tipo um checklist ali para ver se as informações estavam OK, se estavam dentro dos critérios e aí teve um número de pessoas que não estavam dentro dos critérios. Isso veio para nós, para que a gente então encaminhasse a aprovação desta alteração. Na executiva a gente colocou que... Bom, nós precisávamos que isso fosse melhor justificado, porque não tinha como a gente aprovar a retirada de pessoas e a inclusão de pessoas sem que tivesse uma justificativa, tá? Então, o que aconteceu? Veio essa informação, na realidade, tinha a questão que era a renda per capita, tinha a questão de algumas pessoas que ainda não tinham atualizado o Cadastro Único. Então, foi encaminhado, tem lá no processo a relação das pessoas, tá? Só que isso tinha um prazo para ser feito para que o Governo do Estado pudesse incluir essas pessoas para fazer esta alteração. Por isso, a Executiva precisou fazer o ad referendum porque senão as famílias iriam perder o prazo. Então, a gente fez o ad referendum, só que agora a gente precisa apreciar aqui na plenária. Mas basicamente é isso. Eu não vou me lembrar os números agora, mas a Prefeitura de Porto Alegre informou o número de famílias que estavam aptas a receber o Estadia Solidária. Nesta análise do Estadia Solidária teve algumas famílias que não estavam dentro dos critérios e o que foi solicitado é que, então, a Prefeitura e a FASC fizessem a indicação de substituição dessas famílias. Deixando registrado aqui que o documento que nos foi encaminhado é que isso foi possível ser feito agora e que a partir de agora não será mais possível ser feito. Se encaminhar alguma família que está fora dos critérios, não poderá ser mais substituída. Então, uma das questões que a gente apontou e acho importante que a gente deixe aqui na plenária também registrado, é o cuidado da gestão da FASC no sentido de garantir que as famílias que sejam encaminhadas, efetivamente, sejam as famílias que possam ser contempladas com o Estadia Solidária. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania**: E não houve alteração no plano, só teve essa questão das trocas das famílias ali. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar**: Então, dá para deixar como ressalva teus dizeres aí, essa tua fala. Deixar registrado em ata como ressalva. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01**: É, ela não está na resolução porque foi um ad referendum. Então, que a gente

possa estar incluindo na resolução esse cuidado aí em relação às famílias. Então, a resolução de homologação 104/2024. Quem aprova? **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Eu só queria dizer uma coisa. Eu acho que é sabido deste Conselho que eu estou dentro da mancha e só quero fazer uma ressalva. Tem muitas representações de famílias que desistiram do Estadia Solidária. Desistiram em função das incomodações que isso trouxe. Então, foi preferível desistir do que estar à frente disso, por causa que o Estadia Solidária, ele não contempla todas as famílias. Deixar isso dito! Ele não contempla, ele contempla as famílias que teriam que ser contempladas, mas ele não contempla todas as famílias. E aí nesta eu me incluo. E como conselheiro eu me senti constrangido de estar reivindicando isso. Constrangido pela incomodação, as incomodações do que é isso, a burocracia que é isso! As formas como isso foi feito. E deixar bem claro que eu não estou falando da Fundação. Não estou falando dos profissionais da Assistência Social, estou falando principalmente de como isso foi colocado a partir da Secretaria de Desenvolvimento Social e o DEMHAB. Isso era responsabilidade do DEMHAB, que tocou isso muito mal. Eu só queria dizer isso. Aí não vale a pena estar à frente se incomodando sobre isso, sabe? Até para acompanhar isso é difícil. É difícil pela forma que a política deste governo não trata as coisas. E se tiver problema isso aí, com certeza, é no colo da Assistência Social que cai. A culpada! A culpada é a Assistência Social por essas coisas não ter dado direito. **Gérson Luiz dos Reis Martins (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Leste:** Seguindo a mesma linha do Juramar, achamos que tem muitos subjetivos nessa questão do Estadia Solidária. Aqueles que têm menos cultura, menos acesso à informação, foram prejudicados até por uma data de corte. E daí teve injustiça. Teve injustiça! Muitas famílias que tinham direito não conseguiram acessar esse direito. E daí eu me abstenho de votar isso. Voto separado e faço essa ressalva. **João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Bom, registrado o Juramar e o Gérson, suas colocações. Vamos ver a questão da aprovação da resolução. Homologação da Resolução 101/2024. Quem aprova levante o crachá. Quem se abstém? Quem não aprova? Dois votos contrários. Então, **APROVADA A HOMOLOGAÇÃO COM A RESSALVA**. Só vamos repetir a ressalva ali para ficar gravado para todo mundo. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** A ressalva é que a gestão se atente aos novos encaminhamentos de famílias, que de fato estejam dentro dos critérios estabelecidos para que não venham a ser prejudicados e o município venha a perder essa possibilidade. Até porque agora o que o Juramar falou me chamou a atenção também,

porque se as famílias estão desistindo por questões burocráticas, difíceis e também que daí a gente não sabe, isso me parece que é uma questão que este Conselho também tem que ver. Então, acho que a gente faz a ressalva, mas também fica aqui um encaminhamento de que este Conselho também possa estar acompanhando esse processo do Estadia Solidária, para que as famílias não sejam prejudicadas, para que o Município de Porto Alegre não perca recurso.

João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Então, vamos passar para o CadÚnico. Tá aí a nossa colega da FASC.

6. CADÚNICO;

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01: Eu acho que só em relação ao CadÚnico, pessoal, a gente fez uma reunião na semana passada, acho que muito aqui para a sociedade civil, nós fizemos uma reunião da sociedade civil, onde os conselheiros solicitaram que tivesse um tempo para que a gente pudesse discutir os projetos e que também a gente conseguisse respeitar o calendário de reuniões. Então, tinha essa questão da necessidade da discussão, mas para não antecipar uma plenária, a gente então, na Executiva tirou de se fazer uma reunião chamando todos os conselheiros, para que então, a FASC pudesse vir, apresentar o projeto, tirar dúvidas. Hoje as meninas, igual, vão apresentar o projeto, porque ele precisa ser apresentado em plenária, porque é hoje que se dará a votação. Então, da mesma forma as meninas vão fazer a apresentação. Mas a gente fez essa reunião que era para, inclusive, ter um tempo dos conselheiros saberem do projeto, poder assimilar, discutir, ver e hoje, então, a gente poder fazer a votação.

João Virgílio de Almeida Garcia (T), Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania: E também passou pelas comissões, de Políticas e Bolsa Família em conjunto, onde também tem os pareceres favoráveis ao projeto.

Raquel Zardin, CGBCAD-FASC: Bom, nós vamos tentar ser bem sucintos. A gente sabe que vocês têm outras pautas. Por quê? Porque o Cadastro Único, hoje ele é executado por uma parceria com a FME, com 65 entrevistadores e 05 supervisores, tá? Esse número não prevê substituição de férias, não prevê, tanto é que hoje nós estamos com 09 entrevistadores de férias. Então, nós já temos, já existe essa facilitação, já foi aprovada aqui. Qual é a proposta? Aditivo nesse projeto, que a gente já tem. Para quê? Por quê? Por causa da questão das enchentes e porque muitos benefícios, principalmente do Estado, foram vinculados ao Cadastro Único e a gente não aguentou a demanda com os recursos que nós tínhamos. Essa é toda a questão dos aditivos. Ou seja, a gente precisou ter mais pessoas para atuar, a gente tem gastado muito mais com material e a questão de ações em locais descentralizados, que a gente não tem a questão de

equipamentos, como roteadores para a gente conseguir internet, que é fundamental para que a gente consiga acessar ao Cadastro Único. Bom, a gente tem hoje 210.000 famílias cadastradas; situação de pobreza: 14.335; situação de baixa renda: 31.704; beneficiários do PBF em agosto: 92.798. Possivelmente essa semana mude esse número, porque está gerando pelo calendário operacional uma nova remessa agora para pagamento em setembro. **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** É importante dizer que tem um site do Bolsa Família que eles são públicos e é bem importante a gente passar para vocês. Vocês podem pesquisar também para entrar. Esses dados são colocados todo mês, atualiza de forma atualizada, tanto os números de Bolsa Família, cadastrados, faixa etária de renda. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Tem dois que são muito essenciais, que eles falam da taxa de atualização cadastral, dos números, que é o Relatório de Informações Sociais V4, que tu coloca o Município de Porto Alegre e vem todos os dados, inclusive em relação aos CRAS, como é que tá o ID dos CRAS, como é que tá a taxa de atualização. Relatório de Informações Sociais V4, e Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Esses dois a gente tem dados ali atualizados. Claro, sempre às vezes com um viés de corte de tempo, mas a gente consegue todos os dados ali que se precisa do Município de Porto Alegre e como que tá o Cadastro Único em Porto Alegre. Eles são bem bons assim, pelo MDS, para a gente ter uma base e quando a gente precisa de números, enfim, eles trazem. Bom, então, o que a gente propôs? Em função das enchentes, como a gente disse, a demanda crescente em relação a Cadastro Único. Em 02 de maio de 2024, a Cidade de Porto Alegre decretou situação de calamidade pública diante das enchentes que afetaram a Região Metropolitana. O decreto é o 22.647/2024, sendo que possui cerca de 50.000 pessoas desalojadas e desabrigadas. Dado daquela época. O MDS publicou portaria com medidas emergenciais para o Rio Grande do Sul. Portaria 985, de 17 de maio, em relação ao Cadastro Único. Entre elas: a suspensão dos processos de averiguação e revisão cadastral, só para o Estado do Rio Grande do Sul; exceções quanto às documentações exigidas; possibilidade de cadastramento de novas famílias desabrigadas, desalojadas dos outros municípios. Embora a orientação do MDS é que estar no Cadastro Único não deveria ser um pré-requisito para a concessão de benefícios emergenciais ou acesso a serviços emergenciais, os programas lançados pelo Governo do Estado para famílias abrigadas, alojadas - especificamente, volta por cima e o PIX SOS - vincularam a exigência do Cadastro Único. Diante disso, a demanda de solicitação, atualização de novos cadastros únicos, além de consultas acerca da situação cadastral, benefícios do Programa Bolsa Família, triplicaram no município. Sendo que, nesse momento, essa CGBCAD identifica a necessidade de contratação

emergencial de entrevistadores para dar conta da demanda. Foram 15 entrevistadores, então, até 16/12/2024. Eu sempre faço o ateste da parceria um mês anterior, entendeu? Então, eles atuaram com 12. Eu já pedi explicação pra parceria, porque tem uma questão de recursos, enfim, mas já no próprio ateste eu identifico se tinham 12, eles tão em processo de contratação, né? Eles têm, a, o aditivo era de quinze, né? Então, sempre eu identifico, eles têm que me mandar quantos, quais são os CPFs das pessoas e se estão contratados os 15. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Então, nós aprovamos em 17 de junho de 2024 e hoje ainda não tem a contratação dos 15? **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Tem, mas teve desistentes. É que eles têm demissões constantes. É em função disso que não tem os 15, mas sempre eu indico, Ângela (Aguiar), quando eu faço o ateste mensal da parceria é identificado. Tem uma rotatividade alta. Locação de dois veículos para utilização nas ações descentralizadas do Cadastro Único, uma vez que estão ocorrendo atendimentos para além dos postos de atendimentos existentes, também nos postos avançados, Sarandi, Humaitá, Farrapos e Ilhas e outras atividades de áreas, de visitas domiciliares e institucionais para realização de Cadastro Único pelo período de 06 meses. Por quê? Porque um carro só, que é o que hoje a gente loca, não tem condições de levar as pessoas pras Ilhas, pro Sarandi, pro Farrapos. Por quê? Porque não são postos onde as pessoas são locadas. Além das visitas institucionais que a gente tem a todo o momento. Então, assim, um carro não dava conta de fazer todo esse traslado. **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** Claro, isso se intensificou durante a calamidade, mas essa falta de um transporte, a gente já vem sentindo já há algum tempo. Sendo que são 05 supervisores e eles não conseguem fazer essa logística nem dentro dos territórios. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** E até uma das coisas, aqui olhando para o Juramar agora, era isso. A gente não conseguia deixar as pessoas no CTG e lá na igreja, na paróquia, e levar pras ilhas. Daí chegava com o entrevistador atrasado lá, era para ser às 9:00, chegava às 9:30. Todo dia uma briga com a pessoa lá do AP em função do atraso, porque tinha isso. Tu tinha que deixar as pessoas, outra coisa, tem que pegar os equipamentos. A gente não tem como deixar os equipamentos nesses lugares, são equipamentos locados pela FME. Então, tem toda uma logística e muitas ações descentralizadas, visitas institucionais de pessoas que não conseguiam se deslocar pra fazer cadastro, a gente teve um aumento importante. E a gente também propôs a questão do supervisor administrativo para dar conta mais dessas questões operacionais. Na última plenária que a gente conversou, foi dito para suprimir, possivelmente, porque isso não tem no projeto inicial. Nós acatamos, enfim, entendemos por ser um aditivo não tinha essa

possibilidade, com o aditivo ele tem que ser algo que já conste no projeto original. Material de expediente, então, hoje o valor que é repassado do mês para a FME é R\$ 2.241,04. Isso não dá conta da gente fazer as impressões e tudo que necessita, inclusive, para deixar arquivado. Nós fomos chamados à atenção do MDS, eu e a Joice, porque nós não estamos arquivando tudo que precisa, porque o que precisa é um calhamaço de folhas e nós não temos como imprimir esses calhamaços. Tem que deixar a folha resumo, tem que deixar o comprovante. Isso por cinco anos! **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** E tem locais descentralizados que não têm instalado impressora, a gente não tem como imprimir. A gente tem que levar impresso. Então, assim, nem aquele que já deveria, ser impresso na hora, não tá, a gente tem que levar uma quantidade. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Nos nossos postos a gente consegue imprimir a folha de resumo, o comprovante, dá o comprovante pra pessoa, porque além de tu imprimir, tu tem que dar pra pessoa esses comprovantes. Então, assim, e tu precisa deixar isso arquivado por cinco anos. Nos locais onde a gente tem os postos e os CRAS, a gente imprime na hora, porque todos têm impressoras, né? Mas nesses locais onde a gente faz ação não tem. E a gente precisa atender em função de que é onde as pessoas mais tão precisando nesse momento de fazer cadastro. Então, é em função disso esse aumento, a gente colocou por cinco meses para a gente duplicar aí o valor, mais R\$ 2.241. E aquisição do roteador de internet, por quê? Porque a gente tem lugares que a gente vai fazer ações e não tem internet, é necessário fazer essas ações e a gente não tem. Então, a gente pensou também de ter essa possibilidade pra gente conseguir fazer as ações mais descentralizadas. Lembra também, assim, o MDS tem batido muito na questão do cadastramento da população em situação de rua. Então, a gente também vai precisar fazer ações em alguns outros locais mais descentralizados que nem sempre têm internet. Então, nós precisamos e ele tem batido muito nisso no cadastramento diferenciado. Acredito que a gente vai ter uma formação agora em dezembro. Então, acredito que também venha isso. E a compra dos 13 computadores, porque com os computadores que hoje a gente tem, a gente não consegue nem abrir a base do cadastro, que é base para todo o trabalho na política de assistência. Então, assim, a gente precisa ter novos computadores. "Ah, mas por que vocês não pediram no projeto inicial lá no plano?" **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** É que eu fiquei em dúvida se a gente acabou de discutir 14 computadores para a CGBCAD. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Ah, então são os mesmos! São 13 computadores. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Nós não tínhamos aprovado no Plano Geral, então, foi incluído agora. **Raquel**

Zardin, CGBCAD-FASC: Sim. Por que ele não foi aprovado no Plano Geral? Porque foi nos informado, pela direção administrativa, que seria uma compra pra toda a FASC de computadores. O que não aconteceu. Tendo isso, nós vamos usar o recurso do IGD para a gente poder trabalhar. Essa é a questão. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Sim, ela tá me explicando a questão de uma outra coisa. O que nós não aprovamos agora na calamidade e que acabamos de aprovar hoje, foi porque não estava claro de que a entrega dos computadores para a parceira, para a entidade parceira era de responsabilidade da FASC. E, daí, a gente pediu à parceria, a parceria foi e tá como responsável da FASC. Por isso agora, foi incluído. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS – Coras Eixo Baltazar:** Para onde que irão esses computadores? **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Alguns vão ficar na CGBCAD e outros nos espaços descentralizados. Por que não em CRAS? Porque todos os CRAS receberam em 2021 computadores novos, com recurso do IGD para serem usados pelos entrevistadores. Se não estão sendo usados, isso é um problema, mas todos eles, os computadores mais novos que têm nos CRAS, são todos comprados pelo IGD. **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** Tem alguns que estragaram já também. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Mas a última compra de computadores que a gente teve foi pros CRAS, um pra cada CRAS. Todos eles, tem no processo de patrimônio. Acontece às vezes de alguns estragarem, já passou três anos, mas os CRAS receberam todos os computadores novos para serem usados pelos entrevistadores Cadastro Único. Então, por isso que a gente não pensou em ir pros CRAS. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Acho que duas questões, assim, que eu queria trazer, que a gente já apontou e eu vou de novo trazer para a nossa lembrança. Em relação aos veículos, sempre vem para a aprovação deste Conselho a aquisição de veículos. Nós aprovamos aqui, se eu não estou enganada, cinco ou sete veículos para os CRAS. CRAS e CREAS. E até hoje esses equipamentos ainda não receberam os veículos. Inclusive, a Heloísa numa reunião da CORAS deu uma informação, e aí foi dito que veio. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** Fui desmentida pela coordenadora do CRAS Glória que não tem veículo pro CRAS Glória, porque é veículo compartilhado com o Cristal. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Não tem nada a ver com a questão aqui do CGVCAD, não tem a ver com esse projeto. O que eu tô querendo te trazer, Raquel, é que este Conselho,

para vocês pode ser que tá, “estamos tratando deste projeto”, mas para o Conselho, a gente vem tratando de vários projetos, de várias solicitações. E aí, a gente tá trazendo um pouco de como vem acontecendo. Então, a gente já aprovou há algum tempo veículos para os CRAS, que até agora não entraram na vida. A gente teve o PROCAD que também não entrou na vida. Uma das justificativas que a gente teve para o recurso de reprogramação da PSB, garantindo mais 06 meses do veículo dos CRAS era de que não tinham conseguido fazer um contrato somente por 06 meses. E que por isso estávamos justificando que a gente destinasse mais recurso por mais 06 meses, porque daí fecharia um ano e aí teria a garantia de conseguir o contrato. Por que eu estou trazendo isso? Porque ali tem uma solicitação do veículo que também não é por um ano, acho que é por 06 meses, aí o que eu venho trazendo aqui é isso. É o que vem de justificativa, o que vem de informação e o que é aprovado. E depois, ele na vida acaba não sendo implementado. E aí, o recurso fica lá, o recurso fica em caixa, o que impede que mais recurso venha e sem dizer que os serviços aí nas pontas não estão sendo atendidos. Então, eu só quero fazer essa referência em relação ao veículo, porque isso é uma preocupação que a gente já vem tendo há bastante tempo. Quanto à questão de aquisição, eu fui até dar uma resgatada nos documentos que a gente tem de quantas vezes a gente já aprovou neste Conselho recurso para aquisição de computador para o CMAS. E até hoje nenhum, nunca. Nenhum notebook, nenhum nada. E várias resoluções foram feitas. Tanto que agora a gente tá ficando mais atento pra quando virem as reproprogramações, a gente sabia de onde é que era aquele recurso da reproprogramação. Porque daqui a pouco a gente, inclusive, reprogramou uma, uma resolução que era de compra de computador pro Conselho que não tinha acontecido. Então, enquanto conselheiro, às vezes a gente precisa ficar atento a isso também. E acho que a outra questão, que é do, do, do supervisor administrativo é isso. Vocês retirarem, acho que é isso. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** A questão dos veículos, a contratação é pela FME, dos veículos. E daí talvez o processo seja menos demorado. Eles já têm uma empresa credenciada, eles já têm uma empresa, ampliaram para mais dois na mesma empresa. E o PROCAD, assim, ó, a gente fez o projeto, a gente fez todas as alterações e ele tinha que ser um edital e deu deserto. Então, possivelmente esse recurso vai ficar para a PSB, pelo que a gente sabe, esse recurso a gente não consegue reprogramar de novo. **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** É, tá dito lá no início da liberação de recurso que dentro desse prazo, se não fosse utilizado, ficaria para a Proteção Básica. Então, não necessariamente seria para nós no Cadastro Único. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** O CMAS, no Plano de Aplicação do Recurso tem 3%. Sempre é destinado 3%. Aí o CMAS pode usar no que ele identificar, tanto é

que a Diva me pediu para deixar em aberto no final do ano, quando a gente fez o Plano de Aplicação, deixar em aberto, porque vocês iam avaliar. Eu acho que vocês também estavam na mesma questão que nós, receber computador, precisava pedir computador. Então, vocês têm o valor de 3% sempre do recurso do IGD. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Raquel, vou te fazer uma pergunta assim, eu acho que ela está um pouquinho fora do que a gente está falando, mas ela também faz parte. Lá no COVID, a gente teve problema com aquela questão dos cadastros unipessoais. Bastante por causa daquela questão das enxurradas aí que tinha muita gente recebendo, não era para estar recebendo. O PROCAD, ele vem com essa questão do unipessoal. Mais nas questões da população específica, lá dos indígenas e dos pescadores. E eu vejo que essa questão do unipessoal permanece, ele permanece no geral agora, sabe? **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Ele aumentou. Tô aqui olhando, ele aumentou. Deu uma piorada agora nas questões das enchentes. Importante, ele foi para o total de famílias unipessoais no município: 81.512. De 43 ele foi para 81. Isso representa 39,14%. **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** Tanto que o próprio Governo Federal agora, imagino que tenha a ver com algumas denúncias e investigações, ele tem cruzado com várias bases de dados, uma delas é o cadastro. E quando não está compatível com as informações do cadastro não vai receber se não tiver a informação igual. O que isso significa? Unipessoal, o que foi? É o reserva, reserva de renda, renda familiar, renda por constituição. Porque muitas, ou a gente não sabe se foi por má fé, né. Todos os 100% dos casos foram dessa forma ou o que aconteceu exatamente, mas aumentou o caso de unipessoal. **[Sem identificação]:** Mas eu acho que é até importante observar aqui, todo mundo sabe que a gente tá com a situação do auxílio reconstrução, que todas as famílias tinham cadastros unipessoais e que não tinham sido pagas, o Governo Federal trancou todos, mesmo estando no CadÚnico. Então, a gente tem uma reunião hoje à tarde para discutir isso com eles porque, pelo menos, quem tá correto no CAD, a ideia é da gente tentar liberar para essas pessoas. **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** Eles têm recebido informativo nos aplicativos de consulta, que existe uma incompatibilidade na informação. Então, que a pessoa se dirija para corrigir. E é isso que a gente está recebendo no cadastro. Algumas famílias que estavam, que tinham se separado ou por alguma razão, mudaram de endereço, não sei. Igual ao PROCAD, como no cadastro tá, ou ela corrige o cadastro e vai fechar com a informação que chegou ao Governo Federal, ou ela não vai receber enquanto isso não acontecer. Tem alguma informação que não tá certa no RU ou no cadastro. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**

01: O PROCAD era um projeto que foi aprovado no Conselho, ele era um projeto. Qual a avaliação que a gestão tem de ter dado deserto? Se existe essa avaliação para que isso não aconteça nos próximos para que não tenha. Acho que isso é uma questão que eu queria trazer. Por quê? Porque se o PROCAD tivesse acontecido legal, nós não teríamos problema agora com os cadastros unipessoais, porque eles teriam sido feitos na vida. E aí as pessoas talvez não teriam essa dificuldade, esse problema agora. Acho que isso é uma questão. A outra questão na reunião a gente conversou sobre isso, que é a questão do projeto. Este projeto, se não me engano, ele é o projeto do CAD de 22. E o que a gente viu é um pouco isso assim, que de lá para cá, muitas coisas foram acontecendo e se alterando. Então, da necessidade da gestão atualizar esse projeto, refazer esse projeto e poder no projeto também estar colocando ali uma questão que para mim foi gritante na apresentação da reunião, que é a equipe que hoje dá conta de todo esse serviço que vocês colocaram. E vocês me disseram hoje são duas pessoas e meia para dar conta de tudo isso, humanamente impossível, que dois trabalhadores e meio venham a dar conta de todo esse cadastro que é da cidade de Porto Alegre, uma metrópole. E isto também precisa constar no projeto, o projeto não pode ser só de cadastradores, porque o projeto ele é além disso. Então, assim, o que eu quero colocar aqui é que a gente tem um prazo para que esse projeto chegue neste conselho, para que também a gente possa estar aí avançando na questão desse cadastro na cidade. **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Esse projeto que é da parceria, ele é da parceria da FME, ele tem uma duração de cinco anos. Mas claro, como a Joice disse, a gente iniciou lá, mas é importante a gente retomar, a gente tinha estagiários, depois dos estagiários a gente teve duas falências e depois a gente foi para a parcerização. E a parcerização é isso, ela quase não aconteceu, porque também não tinha ninguém que queria, porque é isso, quase não aconteceu, porque a gente tá falando de um trabalho árduo aí de pessoas que ganham pouco, trabalham bastante. Então, nem todas as entidades têm interesse. E assim, depois eu vou mostrar os números, eu queria que vocês comparassem os números com outros tipos de atendimentos na cidade de Porto Alegre, porque a gente tá falando de 65 entrevistadores que são de ensino médio, espalhados por toda a cidade, que vão para todo qualquer lugar. Não tem lugar que a gente não vai fazer cadastro, né, Joice? Não tem, acho que não teve até agora. Então, a gente fala um pouquinho disso, né, Ângela? E acho que sim, acho que tem a ver com isso também. Tem a ver com remuneração, tem a ver com repasse, tem a ver com valores. E bom, e daí a gente teve essa experiência do PROCAD que deu deserto. E o projeto do cadastro só teve uma empresa, só teve a FME, nós não tivemos, então, também é um pouco disso. Esse cenário que a gente traz das enchentes e

das filas, eles aconteceram a nível de Rio Grande do Sul, principalmente aqui na Região Metropolitana, foi um caos a questão do cadastro em função da Região Metropolitana, desde São Leopoldo até Porto Alegre, Guaíba, Eldorado, foram municípios com muita dificuldade porque a demanda era maior do que a capacidade que qualquer município tinha. **Joice Lopes da Silva, CGBCAD-FASC:** E assim, eu acho que uma questão importante frisar o fato do Governo do Estado ter atrelado os benefícios, a concessão dos benefícios a ter o Cadastro Único. Isso foi uma questão bem complicada de administrar, porque assim, não se tem uma porta aberta que responda sobre o SOS PIX ou o [Inaudível]. As pessoas se dirigem sempre, todos os dias, até agora, continua acontecendo isso para o Cadastro Único, porque as pessoas referem, relacionam como se fosse ali uma porta de explicação, um local que possa responder e a gente não tem para onde direcionar essa população. Então, assim, para nós foi uma situação bem difícil, os entrevistadores mais ainda, porque são ameaçados, as pessoas acham que a gente não quer, eles não querem responder. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Era isso, meninas? **Raquel Zardin, CGBCAD-FASC:** Era isso. E daí aqui eu coloco um pouquinho dos números, como a atualização e cadastros novos, maio, junho e julho. Agosto deu uma diminuída agora, deu mil e pouco, não lembro. E a gente tá com a taxa de atualização cadastral, é 88,4, enquanto a média nacional. O que é TAC? É atualizar para quem precisa. Qual é o público do Cadastro Único? O público são pessoas com renda familiar até meio salário mínimo per capita, até meio salário mínimo. E familiar até três. Então, é isso que é o público do cadastro único. Prioritariamente, o público do Bolsa Família, PBF. Esses a gente tem que atualizar. Então, não é todo mundo que a gente tem que fazer atualização, é para esse público. Eu vou retificar, é a renda per capita até meio salário mínimo ou até algum benefício específico. Só que não conta isso, acima dessa renda não conta. E isso que faz a TAC do nosso município, ou subir, ou baixar, e por essa TAC que vem o recurso, por conta da gente estar conseguindo alcançar o público. Só que é isso, às vezes os benefícios que colocam para a questão do cadastro, para acessar algum benefício, serviço, ele é muito superior ao que é. Então, é isso. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Raquel e Joice, então, agradecer pela apresentação novamente. E ficou com alguma dúvida, pessoal? Quem que esteve, só para a gente saber, quem que esteve na segunda-feira passada na apresentação? Levante a mão só para gente ter uma base ali. Tem bastante gente que não estava. Então, vamos para a aprovação. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Só gostaria de fazer

um encaminhamento, de que na resolução conste o prazo de até janeiro para que a gestão apresente um projeto aí com as alterações em janeiro. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, projeto de aditivo para o Programa de Cadastro Único, com essa ressalva da apresentação do projeto até janeiro. Quem aprova levante o crachá. Quem se abstém? Quem não aprova? Então, **APROVADO**. Muito obrigado, Raquel. Muito obrigado, Joice.

7. TROCA DO ATESTADO DE FUNCIONAMENTO PELA DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO;

Referente à troca do Atestado de Funcionamento pela Declaração de Inscrição. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Essa questão tem a ver com as entidades, porque quando as entidades se inscrevem no Conselho, elas recebem um número da inscrição. A partir desse processo todos os anos tem que entregar a manutenção. Nesse período da manutenção, que tem validade por um ano, de abril, de 30 de abril a 30 de abril, esse ano foi exceção por conta da enchente. Mas a regra é 30 de abril, é uma regra nacional esse prazo, tá? E só Porto Alegre tinha essa declaração, esse atestado de funcionamento. O que causava? Causava uma série de problemas, por quê? O atestado saía da Secretaria do Conselho com validade de até o ano de 25, até o ano seguinte, sendo que para garantir que a entidade esteja inscrita no Conselho, é necessário passar pela Comissão de Normas e ter a avaliação positiva dentro da Comissão de Normas. Então, esse atestado, a entidade tinha como válido, mas ele não era válido. Ele só ia valer realmente, após a passagem do pedido de manutenção dessa entidade pela plenária, que é onde tudo se resolve. Então, a gente discutiu dentro da Comissão de Normas, discutiu na Executiva e se pensou em acabar com esse atestado. Como regra, a entidade precisa por alguma razão, de um edital, alguma coisa específica, ela vai pedir e aí vai ter um atestado de funcionamento e dizendo que a manutenção, caso não tenha sido ainda passada pela plenária, está em análise na Comissão de Normas. Então, vai ser uma declaração, não mais um atestado, será uma declaração de que aquela entidade está inscrita no Conselho, e que o seu processo de manutenção está em avaliação, entende? Fica um documento mais fidedigno, porque a gente teve alguns problemas, sobretudo no ano passado, de várias entidades que estavam com esse atestado, com validade até este ano, abril deste ano, e no entanto elas perderam inscrição no meio do caminho. A decisão de plenária é muito maior, é ela que vale, ela se sobrepõe à Comissão de Normas ou de uma declaração da secretaria do Conselho, né. Então, por essa razão, e para evitar confusões, se decidiu então que não haverá mais declaração, ah perdão, o contrário: atestado. Não haverá mais atestado de

funcionamento, e sim para a entidade que precisar vai solicitar e vai receber uma declaração, certo? É só um informe, na verdade. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É só um informe. A Comissão Eleitoral, não quer aproveitar e falar?

10. COMISSÃO ELEITORAL;

Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS: Sim, nós precisamos tirar, já foi tirada na plenária passada, a gente já tá com dois representantes do governo, foram encaminhados os convites pra sociedade civil, que ainda não vieram os nomes que irão compor, que é o Fórum de Entidades, o CEAS e UBEA. E assim que esses nomes chegarem vai ter a reunião da Comissão Eleitoral, primeira tarefa é criar o calendário, as datas para a gente botar na mídia e começar a fazer os encaminhamentos necessários. A gente tá aguardando a resposta dos convites. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Certo. Estamos aguardando a Loiva, que ia falar sobre o NUEP, então vamos passar à Comissão de Normas.

9. COMISSÃO DE NORMAS;

Então, manutenções aprovadas pela Comissão de Normas. Aprovadas as manutenções de 2022 e 2023 das seguintes entidades: ASSOCIAÇÃO CRUZEIRENSES DE SÃO FRANCISCO, da CORAS Partenon; AMPARO SANTA CRUZ ORIONÓPOLIS, da CORAS Glória. Aprovadas as manutenções de 2022, 2023 e 2024 do CENTRO ASSISTENCIAL PAZ - CAPAZ, da CORAS Norte; das ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL, da CORAS Norte. Aprovadas as manutenções de 2024 das seguintes entidades: AÇÃO COMUNITÁRIA PARTICIPATIVA - ACOMPAN, da CORAS Norte; AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUL - ADRA, da CORAS Cristal; ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO ALEGRE - APAE, da CORAS Glória, e ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMURT AMURTEL da CORAS Restinga. Então, vamos passar primeiro essas aprovadas. Quem aprova? Quem se abstém? Quem não aprova? **APROVADAS.** Vamos agora à inscrição de nova entidade aprovada pela Comissão de Normas: FUNDAÇÃO FÉ E MISSÃO. Entidade de Assistência Social com atuação no município de Porto Alegre, Anexo 1, CORAS Centro. Aprovada a inscrição para o Programa Jovem Aprendiz, de 14 a 24 anos. Quem aprova a inscrição da nova entidade? Quem não aprova? Quem se abstém? **APROVADA.** Manutenção 2023. Entidades que não enviaram manutenção do ano de 2023. As entidades relacionadas abaixo não encaminharam ao CMAS os documentos referentes à manutenção de 2023 e passarão em

plenária para cancelamento da inscrição. Ressalta-se ainda o fato das mesmas não terem enviado também a manutenção de 2024. Então, são duas: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELÉM VELHO - ASCOBV, CORAS Glória, e GRUPO ESPÍRITA FRANCISCO XAVIER, CORAS Centro. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Os conselheiros desses territórios têm alguma questão? **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região – CRESS – Coras Glória:** Não tem mais inscrição. Achei que já tinha passado. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, tá. Então, quem aprova o cancelamento dessas duas entidades? Quem não aprova? Quem se abstém? Uma abstenção. Quem não aprova? Então, essas duas estão canceladas. **APROVADO.** O NUP. Pessoal tá aí para apresentar? Assim como o CadÚnico, o NUP foi apresentado para nós na segunda passada. Então, hoje seria mais para tirar alguma dúvida. É mais em linhas gerais.

7. NUP – PROJETO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS;

Loiva Dietrich, DT-FASC: Boa tarde. O que acontece? Esse projeto é um projeto que já vem há muito tempo na instituição querendo que a gente qualifique o trabalho social com família, que é o carro-chefe da política da Assistência Social. O carro-chefe da política da Assistência Social é o PAIF e o acompanhamento familiar. E essa formação, ela vem justamente para qualificar. Ela já vinha sendo lançada e nunca tinha recurso, nunca tinha recurso. O ano passado tinha o PAI, que é o Programa de Aceleração de Investimentos, que a gente tinha um recurso aqui. Botamos esse projeto lá, botamos também o Marco Regulatório e botamos a pesquisa socioassistencial, o diagnóstico socioassistencial também. Portanto, a gente não conseguiu vencer a parte do contrato. A nova legislação, a 14.133, é uma cheia de regras. Então, não deu tempo hábil para toda aquela burocracia. Então, chegou janeiro com a burocracia aí ainda, porque daí ele entrou em vigor mesmo. Então, nós estamos nesse pé com o setor de contratos e vai e vem, vai e vem com a DLC também, com a aprovação do contrato que sai da FASC, que vai para a DLC para aprovação, aí tem todos os ajustes para serem feitos conforme a legislação. E aí era a questão do recurso. A gente estava com recurso da Emenda Parlamentar da Deputada Federal Reginete Bispo, com uma emenda parlamentar de 600 mil e poucos mil, que ela tinha uma proposta. 595 mil, mas já tá mais, já tá agora em 630 mil. Não sei exato. Mas, enfim, o que acontece? A proposta da Reginete é um trabalho com as Ilhas, no sentido de um trabalho de customização, corte e costura, de lantejoulas e botões, não sei o quê. Nós não temos essa prática na política da Assistência Social, esse tipo de trabalho.

Até a gente já teve várias experiências de corte e costura e coisas e tal, isso não dá autonomia para o usuário, não faz ele alavancar para sua vida. Então, a gente tem que ter serviços qualificados. Nós começamos no ano passado a implantação do GSUAS, do sistema, e a gente viu na implantação do GSUAS, a equipe técnica nos trouxe que nem todos os CRAS funcionam do mesmo jeito, nem todos os CREAS funcionam do mesmo jeito, as equipes atendem de uma forma diferente. Claro que cada território tem sua especificidade, tem umas que tem mais situação de rua, outras tem mais idosos, outras não sei o quê. Isso é uma realidade, é necessário adequação, mas a gente precisa de um alinhamento conceitual na questão do trabalho social com família, que é o carro-chefe da política da Assistência Social. O carro-chefe da política da Assistência Social não é entregar cesta básica, vale-transporte, não é, essas coisas de benefício. Ele é um dispositivo importante, sim, mas ele não é a essência da política da Assistência Social. A essência é atender sim o usuário, atender com um projeto de vida, pensar na sua emancipação. Então, o trabalho social com família vem com esse grande objetivo de qualificar os serviços da política da Assistência Social, de toda a nossa rede, parcelizada, própria, um alinhamento conceitual, porque a gente não pode estar falando em várias linguagens dentro da FASC, né. Então, quem tá parcelizado tem que entender também que, tu atende a criança, mas é a matricialidade familiar. Tu atende o idoso, mas é a matricialidade familiar. Tu atende a família e assim vai. Tu atende o adolescente, é a matricialidade familiar. Então, o trabalho social com família vem muito com esse objetivo. Mas, como é uma emenda parlamentar, então essa parte aqui, a gente fez várias reuniões online com o assessor de Brasília, da deputada, para ela topar esse projeto. Ah, então ela topou essa parte. E aí tinha uma segunda parte, que eu já vou aproveitar, vou falar, que ela queria que investisse na outra questão, que era trabalhos manuais praticamente. E aí nós temos um assessor dela que mora em Porto Alegre, que foi, já colega na FASC, tá aposentado, enfim. Chamei o assessor dela aqui na FASC pra conversar no sentido de sensibilizar que a gente invista em capacitação. Então, a gente tá há muitos anos na nossa rede sem capacitação. Na gestão anterior não tivemos nenhuma capacitação. Nesta gestão nós estamos sem nenhuma capacitação. Agora veio o pessoal do Forte SUAS, a gente botou a capacitação para o grupo de quem tem alojamento, que nos territórios foram atingidos pela calamidade, fizemos uma parceria, a gente foi numa capacitação e achamos interessante. Então, a gente tentou capacitar toda a nossa rede com esse potencial, para entender alojamento, entender a calamidade, entender o que a gente está fazendo, qual é o caminho que a gente faz. Então, isso já tá acontecendo, a gente tem mais uma turma, mais uma na semana que vem. E a gente sempre

trabalhou, mesmo que eu faça as articulações, a gente articula com o NUEP para fortalecer um Núcleo de Educação Permanente da FASC, para ele se manter quando penso em formação. Agora a gente está também com um outro grupo aqui, que é da ONU, então a gente está com três CRAS também, com o da ONU, sem custo pro município, né. Um termo de cooperação que vão trabalhar a violência contra a mulher, criança, adolescente. E isso é muito legal, porque em parte a gente sofreu com a calamidade um desastre, ao mesmo tempo os serviços da SMDS, do CRAS, a ONU, tá todo mundo muito em diálogo com a gente nos dando suporte também para pensar a cidade. Aí assim, conversando com esse assessor, ele trouxe alguns questionamentos que para mim foram muito bem-vindos da negociação de que fazer com os outros 200 e poucos mil. Ele disse: "Olha só, a Reginete, ela é uma mulher e é uma mulher negra". Então, quando ele falou isso, deu "Plim", né? É isso. Porque nós, a maioria dos nossos usuários da Assistência Social, nós temos essa questão, nós temos trabalhadores da política da Assistência Social, enfim, nós temos vários. Ninguém quer falar sobre isso, né. Então, são R\$ 400.000 que vai ser investido nesse trabalho social com família e R\$ 200.000 em educação antirracista. Então, já tem o GT constituído, tem um grupo de pessoas que estão andando no projeto. Tem outras pessoas que estão andando no projeto. Mas o projeto, ele não é só para trabalhadores da assistência, é para trabalhar os territórios, a comunidade, as terreiras, envolver toda cultura da raça. E aí ele também pediu para incluir a questão de raça também no trabalho social. **Marilane Ribeiro, DT-FASC:** É, essas foram algumas alterações que a gente fez no projeto, teve a apresentação do projeto aqui no CMAS, o projeto original que foi escrito lá em um ano passado. E a gente não conseguiu executar. Então, a gente fez algumas alterações no projeto pra adequar, além dessa questão, da conversa com o assessor da Reginete, de incluir a questão racial na temática, também a gente teve que alterar cronograma e toda a parte de metodologia do projeto. Então, assim, o projeto original ele não teve grandes alterações. O objetivo continua o mesmo, os objetivos específicos, a metodologia, né. Então a gente vai ter a proposta de um seminário de abertura, um grande seminário, envolvendo todos os trabalhadores, convidados. Aí a gente está prevendo em torno de 900 pessoas. São 800 trabalhadores, tanto da rede própria quanto a parceira. E aí depois então, as aulas presenciais, com um curso de 20 horas/aula para cada turma, né. Então, durante 12 meses. Não é que durante os 12 meses todo mundo vai estar fazendo o curso, né. São 20 horas pra cada turma. Então, são 2 dias e meio pra cada turma. Então, os trabalhadores vão estar envolvido, né, com essa formação durante 2 dias e meio. E depois um seminário de encerramento. Aqui são as aulas, aqui que a gente alterou algumas questões. Incluiu a temática do racismo. Aqui o

621 racismo estrutural, institucional. A gente conversou inclusive com a Carla que é a pessoa que
622 tá coordenando o GT Antirracista, da capacitação antirracista, uma colega que faz. **Juramar**
623 **Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Eu posso fazer uma
624 pergunta? **Marilane Ribeiro, DT-FASC:** Só posso concluir essa parte das aulas aqui? Então,
625 a gente incluiu a questão do racismo estrutural e algumas aulas aqui. Aqui também a gente
626 coloca a questão da territorialidade, a cultura antirracista. Então, a gente procurou incluir na
627 metodologia das aulas. Pois não? **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do**
628 **Suas – Coras Ilhas:** O que é racismo estrutural? É uma pergunta que eu tenho. **Marilane**
629 **Ribeiro, DT-FASC:** É uma temática que vai ser trabalhada ao longo do processo. **Juramar**
630 **Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Mas eu vejo tanto
631 falarem nas questões estruturais do nosso país, aí quando vem com essa, aí eu fico pensando o
632 que será isso. É como a questão racial, tá dentro da estrutura e alguém fica lá bulinando ele,
633 né? Não sei se é isso, né? **[Sem identificação]:** Historicamente a gente tem a questão do
634 higienismo, a base do Brasil é muito racista, as leis como foram colocadas, toda a construção.
635 E hoje pensam que a gente tem um pacto sobre isso ainda, o que acontece? Hoje a gente vai
636 ter, por mais que uma pessoa branca, ela vai ter mais dificuldade de tem certos privilégios.
637 Então, a gente vai ter sempre muitas nuances do racismo ainda, por mais que a pessoa não
638 deseje ou não queira, ela acaba cometendo atos racistas na fala, no pensamento, a questão
639 policial que hoje tá colocada. Então, a gente chama... Eu entendo assim, tô dizendo assim,
640 porque eu sou uma pessoa que eu gosto de ler sobre isso, que a estrutura ela é maior, então
641 acaba que por mais que a gente não queira e não deseje ser, a gente sem querer dentro do
642 nosso fazer ela está posta. [Falas concomitantes]. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica**
643 **CMAS:** Temos a questão dos usuários poderem participar, não sei como está. [Falas
644 concomitantes]. **Marilane Ribeiro, DT-FASC:** Não, nós levamos a sugestão e foi confirmada
645 a participação. [Aplausos]. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
646 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Ah, eu acho
647 importante este ponto, que é a participação dos usuários. E acho que isso a gente precisa ver
648 nos nossos territórios como está a participação dos usuários. A gente tem feito muito diálogo
649 com os CRAS, com os CREAS, nas CORAS, colocando isso, as próprias questões das
650 entidades, enfim, que todas acabam tendo contato direto com os usuários, mas que não vê essa
651 discussão, seja da participação de estar nos espaços, enfim. E acho que é fundamental, quando
652 o Juramar trouxe e não estava previsto, talvez não estava previsto porque ele era pensado para

quem executa o serviço, e acho que o que o Juramar trouxe foi isso: “Não, está bem, eu não
 executo, mas eu sou alguém que eu estou neste Conselho, inclusive aprovando o projeto, se
 ele será implementado ou não”, então, de que ordem é essa? Acho que isso é uma questão. E
 acho que a outra questão é o respeito ao que o outro fala. Eu posso não concordar com o
 outro, eu posso não concordar, eu posso achar que o que ele está dizendo é a maior besteira,
 eu posso achar, mas isso sou eu. Então a gente tem que partir do princípio disso aí, eu posso
 achar que o jeito que o Gérson expõe as questões não é de uma forma legal, mas tem questões
 que ele coloca que são importantes, inclusive, fazem a gente refletir. A gente acabou de ouvir a
 apresentação do pessoal do CadÚnico que, inclusive, disseram: “A gente trabalha com as
 pessoas, elas estão, elas vêm, elas fazem a sua formação para depois saírem porque elas não
 vão ficar porque o salário é muito baixo”. Então, estou trazendo essa reflexão porque é um
 pouco isso assim, nesse sentido. Acho que o projeto, ele é um projeto importante, o Conselho
 Municipal faz parte do NUEP, a Ana Cristina faz parte, eu fiz uma época, Jucemara quando
 era conselheira também fez. A gente tinha o Fórum dos Usuários, a Ana Hilda, eu me lembro
 da Ana Hilda vindo para as reuniões, né. O Richard também me lembro da Ana Hilda vindo
 para a reunião e dizendo: “Mas eu não entendo nada, mas eles estão discutindo o projeto, mas
 eles estão dizendo coisas que eles não fazem, eu não sei o que é isso”. E depois de um tempo
 ela veio dizer o quanto tinha sido bom para ela poder participar. Então, é deste lugar que a
 gente está falando, mesmo que eu não entenda, mesmo que eu não saiba, eu estar neste lugar,
 eu vou sair diferente de quando eu entrei nesse lugar. **Ana Cristina Aguiar de Oliveira (S),**
Associação Beneficente Amurt Amurtel, Coras Restinga 2: O que dizer? Eu sou a
 representante, mas eu acho que visto o que acabou passando mesmo, e foi isso que a gente
 conversou, a gente acaba que a ideia do curso era essa mesma, era ser para quem trabalha e
 quem executa esse trabalho na ponta. E que a gente até falou sobre o curso de nivelamento
 que se faz, que vai ser relançado, que ele é para todos, que a gente precisa divulgar, que é um
 curso que ele vai dar bem a base da assistência para quem não conhece. E que é isso assim, que
 a gente junto consegue organizar muito melhor. **Tranquilo Fiametti (T), Fundação Fé e**
Alegria, Coras Humaitá/Navegantes: Uma pergunta que talvez em parte foi encaminhada: o
 nivelamento foi afogado? [Risos]. **Marilane Ribeiro, DT-FASC:** Não. A gente vai estar
 divulgando a reedição dele em breve. Tem alguns probleminhas aí com a plataforma, mas a
 gente já conversou com a Escola de Gestão Pública e conseguiu resolver. **Tranquilo Fiametti**
(T), Fundação Fé e Alegria, Coras Humaitá/Navegantes: Então, esse nivelamento, digamos
 assim, esse entendimento comum de linguagem nos auxilia em todos os espaços. **João Virgílio**

686 **de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Podem
687 continuar? Loiva, nós temos outra pauta depois. **Marilane Ribeiro, DT-FASC:** Mas no geral
688 é isso, já foi apresentado, mais é saber se vocês têm alguma dúvida em relação ao projeto, mas
689 basicamente é isso. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência**
690 **Social e Cidadania:** Então, projeto de trabalho social com famílias, então, com essa inclusão
691 dos nossos usuários. Quem aprova? Quem se abstém? Quem não aprova? **APROVADO.**
692 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
693 **Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Tem só uma questão aí enquanto
694 conselheira que eu gostaria de solicitar. Teve uma fala na reunião e agora de um recurso que
695 ele não foi implementado. Eu, enquanto conselheira, gostaria de saber e que fosse
696 encaminhado para vocês, não precisa ser agora, o que aconteceu que a gente não conseguiu
697 obter êxito naquele período com o recurso que tinha, porque agora nós estamos usando um
698 recurso que poderia ser para outra questão. Então, o que eu queria deixar aqui, que a gente,
699 enquanto Conselho, solicitasse para a FASC que fosse encaminhado por escrito quais os
700 motivos. Isso que a Loiva trouxe aqui, tem uma questão burocrática, bom, mas o que é isso? O
701 que mudou? Mudou uma lei, mudou não sei o quê, que isso fosse encaminhado para nós para
702 que a gente tenha a apropriação de quando a gente aprova uma questão e acaba não
703 conseguindo implementar ela. **Antônio Izael Rodrigues Santos (T), Instituto Cultural São**
704 **Francisco de Assis:** Nesse sentido, quando volta alguma coisa, de algum valor, dinheiro,
705 interessante que sempre que algo que foi votado no Conselho, depois a FASC desse um
706 retorno para o Conselho para a gente ficar sabendo o que aconteceu, porque não foi
707 executado, porque retornou algum valor, o que aconteceu, para que o Conselho também possa
708 ficar sabendo daquilo que está votando. E até quando vierem reprogramações para a gente
709 também saber como que a gente vai fazer essa reprogramação. Isso fica bem mais fácil para o
710 Conselho também poder deliberar. **Loiva Dietrich, DT-FASC:** Eu tenho um pouquinho de
711 pressa nessa aprovação dos dois projetos, para deixar engatilhado, porque poderá vir outra
712 gestão, então assim, eu tenho muita pressa nisso, até porque eu também quero pedir a
713 aposentadoria em janeiro, ficar tranquila, que a gente dá um suporte para a cidade de
714 capacitação, de investimento em quem trabalha, nos usuários, na região, nos territórios. Então,
715 para mim é muito importante aprovar esses dois projetos, usar essa emenda parlamentar,
716 porque tudo é demorado, gente. Não é só projeto, o projeto é uma parte, aí tem o termo de
717 referência, todo o processo. São 23 itens que vêm da PME depois do projeto, e aí nós temos o
718 segundo projeto que eu preciso encaminhar isso até o final de dezembro para a gente ter

educação antirracista na cidade, entendeu? Para a gente pensar, articular em território, com as
terreiras, com a comunidade, com os CRAS, os CREAS, os serviços. Então, é muito legal as
duas propostas, então assim, é importante o Conselho apoiar isso, que fique para a cidade, né,
entendeu? Que fique para a cidade. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação
de Assistência Social e Cidadania:** Então, obrigado. Vamos passar para a próxima pauta,
que é a LOAS. Os dois projetos estão aprovados. Obrigado. A gente vai tratar agora do PLOA
de 2025. Vai ser uma apresentação hoje, tá, gente? Que não é para a gente aprovar.

5. PLOA 2025;

**Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da
Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Antes de tu iniciares a apresentação, nós
temos uma questão só que a gente precisa ver que, enquanto Executiva a gente está trazendo,
tem uma solicitação, principalmente dos conselheiros da sociedade civil, que a gente consiga
manter o nosso calendário de reuniões. O que acontece? Nós vamos fazer, nós estamos tendo a
plenária hoje, então nós só teremos plenária daqui 15 dias, que é no dia 23. Então, o que a
gente quer ver? Que a gente consiga encaminhar isso para aprovação no dia 23, tá? **Neuza
Nunes, ASSEPLA-FASC:** Eu sinto muito que a LOA venha desta maneira. Na verdade, a
nossa ideia e já há 3 anos que eu venho trabalhando, tentando fazer essa proposta ser colocada
em prática, mas infelizmente, hoje está eu e Fernando trabalhando nisso. Então, a gente tem
algumas dificuldades nessa execução. Eu gostaria muito de poder ir para os territórios,
conversar com as CORAS, apresentar a proposta. A LOA é um tema complexo para todos
nós, não é só para quem está trabalhando, mas é complexo para todo mundo. E a gente tem
muitas dificuldades, porque a gente tem que seguir o rito do município, né? O município tem
uma matriz orçamentária como um todo e essa matriz nós temos que acompanhar. Isso se
repete anualmente, a matriz orçamentária, ela vem e a gente vai discutir e geralmente ela vem
já no final, finaleira e a gente tem que entregar no outro dia já ela pronta para o município. Nós
temos um problema este ano no orçamento, e, na verdade, ele vem se repetindo, que é a
questão do déficit orçamentário para o ano que vem. Então, a gente já parte, não é só
orçamentário e financeiro, a princípio, já de uma redução bastante séria em todo o orçamento
do município, tá? Então, a gente parte hoje de uma redução de 300 milhões do orçamento
geral do município. Muitas coisas que nós colocamos nesta proposta, elas não vão caber na
nossa matriz orçamentária. Nós temos um outro documento, eu estou trazendo aqui aspectos
que são técnicos, mas que a gente precisa dar uma conversada. Quem não entender, pergunta,
porque é importante isso. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Qual é a

redução? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** São 300 milhões, em todo o orçamento do município, tá? Então, assim, a gente tem algumas coisas aqui, a nossa matriz não veio tão reduzida comparando com a deste ano. Só que claro, ela vem sem aplicação dos reajustes que a gente vai ter no ano que vem. A gente tem uma série de coisas que a gente ainda vai ter que enfrentar no próximo exercício. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do Suas – Coras Ilhas:** Mas a fatia, vão dar mais uma lascada na fatia? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** A fatia já vem lascada. Na verdade, eu acho que de todas as secretarias, na elaboração da matriz, eu acho que foi pensado... Acho não, foi pensado em deixar a questão da área social com recurso similar ao que a gente tem neste ano, para que no ano que vem a gente possa executar, mas é isso assim. A gente tem uma proposta, a nossa proposta é bem maior do que a nossa matriz. Muitas coisas vão ficar num documento chamado “formulário de excedente” que a gente tem que colocar, para que no ano que vem a gente possa executar. E isso aí é a briga depois que vai se ter no orçamento como um todo. Eu só quero apresentar aqui para vocês, o Fernando não pôde vir porque ele acabou sendo chamado numa outra reunião, e aí eu vim sozinha. Aqui a gente colocou em Excel, o que nós mandamos para vocês, uma parte em Excel e outra parte em PDF, porque daí é o que está compilado em todas.

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01: Isso para a Executiva, da Executiva para as comissões. Então, os conselheiros não receberam esse material ainda. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Como é dividida a nossa matriz orçamentária da FASC? A gente tem duas unidades orçamentárias: a 6001 e a 6004. Por que a gente tem duas unidades? Porque a 6004 é do Fundo, a 6001 é da do orçamento geral da FASC. Então, aqui a gente vai apresentar ela toda, 6001 a 6004. O que a gente tem na 6001? A gente tem todas as despesas de RH, sentenças judiciais, contribuições previdenciárias, tudo está na 6001, e alguns contratos mais pesados da FASC estão na 6001. O que a gente começa aqui, que a gente chama de “Administração Geral”, que é essa geralzona? Aqui tem todas as empresas, a gente listou, estou trazendo bem geral, tá? Todas as empresas que hoje a gente tem contrato. A gente distribui todas as despesas aqui, essas distribuições dentro do orçamento, que são técnicas. A questão, esse monte de número aqui é o que a gente trabalha dentro do orçamento. Aqui são todas as despesas. Aqui aparecem todas as empresas que a gente tem contratada dentro dessa unidade. Tudo que a gente tem contratado está aqui, tá? E aqui do lado é o valor anual. Então, aqui são todas as despesas, onde aparece o tipo de despesa que a gente tem e os valores que a

784 gente está propondo. Tem algumas situações que a gente vai ter que mudar de acordo com a
 785 nossa matriz, tá? Mas são os valores que a gente está propondo para esse tipo de despesa aqui.
 786 Aqui começa a questão da saúde do trabalhador. Nesse momento a gente, na saúde do
 787 trabalhador, tem uma única empresa que está executando, que é o Centro Clínico Gaúcho.
 788 Existe uma projeção para o ano que vem, uma nova licitação, não sei, ela está tramitando. Não
 789 sei como é que vai ficar, mas enfim, por enquanto é isso. Aqui, administração do pessoal, aqui
 790 são os valores deste ano, da folha deste ano, do que foi, que veio na nossa LOA, esse recurso
 791 ainda vai faltar para esses dois meses, isso a gente vai suplementar, vai ter suplementação.
 792 Então, essas são as propostas. A gente deixou mais ou menos igual, a gente não mudou, a
 793 gente já viu que na matriz ela já veio uns valores diferentes e a gente vai trabalhar a matriz.
 794 Como a matriz veio na sexta-feira para nós, sexta ou quinta, agora a gente vai colocar a matriz
 795 de que veio do governo para nós, aqui nesse processo. **Ângela Maria de Aguiar da Silva**
 796 **(T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras**
 797 **Restinga 01:** Neuza, então, isso significa que não terá contratações, concursados? **Neuza**
 798 **Nunes, ASSEPLA-FASC:** Eu não posso colocar a contratação, eu vou trabalhar com o que
 799 veio na matriz, tá? Provavelmente sim, porque vão sair algumas pessoas, daí vai rodando,
 800 sempre tem. Esse ano a gente teve contratação. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 801 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**
 802 **01:** Mas o valor é esse? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** O valor. **Ângela Maria de Aguiar**
 803 **da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas –**
 804 **Coras Restinga 01:** Então, para entrar outro, só se sair alguém? **Neuza Nunes, ASSEPLA-**
 805 **FASC:** Se sair alguém nesse momento ou se o governo aceitar contratar e suplementar. Ele
 806 tem que suplementar, ele tem que trazer mais recurso para a FASC para poder, e em todas as
 807 contratações a gente tem que ter essa autorização. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica**
 808 **CMAS:** Neuza, deixa te perguntar uma questão que me ocorreu. Tu colocaste essa distinção,
 809 quando tu colocou do 6001 e do 6004. O CMAS... **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Ele está
 810 na 6004. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Ele só toma conhecimento ou ele
 811 tem que dar uma resolução aprovando esse orçamento? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:**
 812 Nós nunca trabalhamos com resoluções, deliberação de aprovar a LOA. A gente nunca
 813 trabalhou, não sei se vocês têm isso, a gente nunca trabalhou. Mas a ideia é a gente possa
 814 avançar para isso. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Então, necessariamente,
 815 o Conselho não precisa fazer uma resolução de aprovação? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:**

816 Neste momento não. É conhecimento, é apropriação, pode acho que contribuir com algumas
817 situações que a gente possa colocar ali, neste momento sim. Agora, só para conhecimento e
818 apropriação. Nós FASC temos um limite, a gente não pode extrapolar o que vem da
819 administração geral. A gente não vai poder ultrapassar o que vem na nossa matriz. **Jucemara**
820 **Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Então, o Conselho não precisa fazer resolução?
821 **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Não, é só mais pra conhecimento. [Falas concomitantes]. A
822 gente nunca teve aprovação, nem do OP e nem do CMAS. O OP é outra situação, é diferente
823 porque ele interfere. O OP trabalha por outra forma, até vir para a LOA. E eu acho que no OP
824 as CORAS também precisam trabalhar algumas questões no OP, que eu acho que a gente
825 precisa avançar no OP com as situações dentro da assistência. A gente precisa avançar. Eu só
826 estou mostrando aqui tudo que a gente tem. Aqui a gente tem a PROCEMPA. Aqui são os
827 encargos sociais especiais que a gente tem, que a gente precisa. São os encargos sociais: é
828 FGTS, Fundo de Garantia, FGTS, PIS, PASEP, tudo que está relacionado à despesa de
829 pessoal, sentenças judiciais que são os precatórios, que são RPVs. A gente tem muita sentença
830 judicial, muita condenação. Na verdade, é condenação porque a gente paga, porque o juiz
831 determina pagar. Agora, aqui que eu acho que daí entra os de 6004, que são coisas mais de
832 execução mesmo. O 1789 trata dos benefícios eventuais, tá? O que entra aqui nos benefícios
833 eventuais? Entra cesta básica, vale-transporte, o auxílio vale-transporte, o cartão social
834 proteção, que hoje a gente tem aqueles R\$ 200, a Proteção Social tem R\$ 200. **Jucemara**
835 **Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Se não precisamos aprovar, não precisamos cumprir
836 o prazo. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Ah sim. Se não tem necessidade de sair correndo,
837 eu ia dizer isso no final. Eu ia dizer para não ficar daqui a pouquinho vocês tendo maiores
838 problemas. Aqui entra a Estadia Solidária, que nesse momento aqui está 13 milhões, mas a
839 gente hoje já tem 3.000 pessoas, se eu não me engano, no Estadia Solidária, não sei se vai
840 aumentar, mas enfim, isso é um problema sério. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
841 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga**
842 **01:** Os itens que não têm nenhum valor significam o quê? Por exemplo, o veículo CGVBCAD.
843 **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Ele está na 6004. Esses itens que não estão, o que a gente
844 faz no orçamento? A gente vai abrindo janela e vai colocando tudo que a gente faz ou vai
845 fazer. Na hora de montar o orçamento a gente tem que trazer todo o recurso. [Falas
846 concomitantes]. Porque está ali o PROCAD? Porque se a gente for executar, ele tem que estar
847 na LOA. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Na
848 LOA, propriamente dito, que vai ser executada em 2025, aqui pelo que eu entendi a FASC

849 apresenta uma proposta pra execução em 2025. O que foi feito aqui? Foi pego o orçamento de
850 24, o que foi, o que tem de planejado em 24 a FASC repete pra 25 o que tiver, o que não tiver,
851 em tese, não vai conseguir depois executar ou querer, ou vai precisar de um projeto de lei de
852 novo pra poder incluir. Então, se inclui a maioria das coisas. Dentro, pelo que eu entendi que
853 veio da orientação, a gente repete os valores com algum percentual a mais ou menos isso, né,
854 Neusa? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** É isso. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
855 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Bom, então é isso. Neste detalhamento a Neusa
856 traz bem detalhado, parceria com A, parceria com B. Isso não vai pra dentro de uma LOA. Na
857 LOA vai lá parcerias ou subvenções sociais, se não me falha a memória, acho que é subvenção,
858 né? Tá, mas vai num detalhamento grande, não vai ir detalhadinho assim. É assim como ele vai
859 lá, folha de pagamento, o serviço ali do funcionário a assistência médica, ele vai detalhado
860 maior, ele não vai aberto dessa forma como ela tá trazendo. O que fechou o orçamento da
861 FASC? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** É que aqui a ideia nossa, na verdade, quando a
862 gente colocou tudo que a gente gasta, com quem a gente gasta, é para que o Conselho tenha a
863 noção de quais são as OSCs, quais são as empresas. Isso é um processo de apropriação
864 daquilo que a gente tá gastando. Embora, nesse momento, seja atropelada, seja rápido, seja
865 porque a gente tem um prazo e que a gente não sentou pra discutir detalhadamente, é isso.
866 Aqui tem o Calábria, tá dentro de uma constituição, que é uma subvenção 4139, que quer dizer
867 respeito aos CRAS, as despesas que a gente tem com o Programa PAEFI. Não quer dizer que
868 a gente vai ter com o Calábria ou vai ter. Essa é a configuração que a gente tem hoje. **Heloísa**
869 **Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS –**
870 **Coras Glória:** Ah, mas hoje tem uma configuração não aprovada neste Conselho. **Jucemara**
871 **Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Dos 8 milhões. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:**
872 Bom, gente, isso faz 7 anos ou mais. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Não,
873 mas teve uma decisão judicial que acabou e fez. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** É, mas faz
874 mais de 7 anos que ele existe. Eu não posso simplesmente interrompê-lo. **Sônia Rejane dos**
875 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Colocar e depois remanejá-lo no
876 decorrer... **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Não, mas aí nós vamos estar discutindo uma
877 questão, gente. A gente não pode mudar. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum**
878 **Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Eu
879 quero trazer algumas questões que eu acho que é um pouco isso, há um bom tempo neste
880 Conselho a gente vem sinalizando a questão da linguagem de como essa comunicação vem.

881 Nós, o ano passado, recebemos a prestação de contas dos quatro trimestres no último
882 trimestre e tivemos que acelerar pra conseguir dar conta. Agora nós recebemos dois trimestres
883 também de uma única vez. E aí assim, quando tu acompanha a prestação de contas e a gente
884 vai vendo isso que vocês estão colocando aí, é muito difícil de compreender e de depois
885 conseguir, porque a prestação de contas nós temos que aprovar, se não aprovar dá problema
886 no Tribunal de Contas. Só que daí a gente vê itens que estão aqui, valores que estão aqui, que
887 nós lá na prestação de contas, por exemplo, ainda vimos um valor significativo que não foi
888 utilizado. E aí o que tu tá nos dizendo? Não, mas aqui nós estamos colocando o que foi
889 executado em 24, que é o que a gente tá prevendo em 25. Mas o que a gente tá vendo lá na
890 prestação de contas é que o valor não foi executado. Ele não foi executado. Ele tá lá. Isso no
891 Fundo Municipal. A outra questão é a questão daí do orçamento, do gasto do recurso da
892 Prefeitura. Que isso é uma discussão que seguidamente a gente pontua e coloca aqui. Que, ah,
893 ele não passa por este Conselho, mas tá colocado lá na lei do Conselho de que precisa sim a
894 aprovação deste Conselho. E aí vou concluir, a gente acabou de ouvir o projeto do CGVCAD.
895 O que eles disseram pra nós? Que eles tem um problema de material, um problema lá da
896 questão de papel, de material, eles têm um problema disso real. E aí onde que isso se vê? Eu
897 não consigo identificar de uma dificuldade que foi trazida para execução de um projeto na vida
898 real, como ele é, de uma proposta de orçamento ou de prestação de contas que é colocado
899 aqui. Ah, pois é, daí fica difícil, né, porque compete a nós conselheiros aprovar ou não. Então,
900 gente, eu sinceramente não sei, inclusive, vou pedir licença, preciso me retirar, porque eu
901 tenho um atendimento jurídico agora às 16:30. Mas assim, eu não sei, Neuza, inclusive
902 enquanto Executiva, a gente solicitou em relação, como é que tava a questão da PLOA,
903 porque até então a gente não sabia de como é que isso se dá. E aí é isso, ele vai pra Câmara de
904 Vereadores, a assistência social na Câmara de Vereadores não é uma prioridade de debate, de
905 discussão. Eles se pegam na saúde, eles se pegam na educação, mas a assistência social ela
906 passa. E aí, bom, isso é de responsabilidade nossa, porque esse Conselho vai apontar algumas
907 questões ou eles vão passar e aí é isso. E daí eu não sei onde que a gente fica sabendo dessas
908 informações. Como é que eu cruzo uma proposta de orçamento que tá sendo colocado por
909 uma prestação de contas onde o valor lá, a conta tá altíssima, onde praticamente nada foi
910 implementado? E aí, enquanto conselheiros, é isso, é um desabafo, desculpa, mas foi um
911 desabafo. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Não, mas é importante isso, Ângela, porque
912 quando a gente consegue fazer, ligar PPA, ligar a LDO e ligar a prestação de contas, talvez a
913 gente consiga avançar. E por que a gente não avança? Porque a gente não se debruça nisso

914 durante o ano todo. E a gente vai se debruçar nisso quando a gente tem isso pra fazer. A gente
 915 não consegue desgrudar, de poder fazer planejamento. Por exemplo, ano que vem tem PPA.
 916 Em que momento a gente vai entrar, em que momento o Conselho vai entrar pra discutir o
 917 PPA? Na aprovação do PPA? Então, são essas questões que a gente vê e é uma matéria *ad*
 918 *aeternum* essa discussão. Tá? De poder discutir. E quando vocês aprovam a prestação de
 919 contas, vocês estão aprovando a prestação de contas de um item muito pequeno. **Ângela**
 920 **Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência**
 921 **Social – Fomtas – Coras Restinga 01:** Mas o Conselho Fiscal aprova o todo. **Neuza Nunes,**
 922 **ASSEPLA-FASC:** Tenho dúvida. Mesmo quando vocês olham lá, tem o saldo da conta alto,
 923 tem várias situações. E aí vocês aprovam a prestação de contas, os quatro trimestres de uma
 924 parte, vocês aprovam só do Fundo Nacional e aprovam do Fundo Estadual. **Ângela Maria de**
 925 **Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas**
 926 **– Coras Restinga 01:** A prestação que a FASC encaminha pro CMAS é só do fundo. [Falas
 927 concomitantes]. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Bom, gente, vocês querem continuar?
 928 **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e**
 929 **Cidadania:** Continua a apresentação. Pessoal, ainda não acabou! **Jucemara Beltrame,**
 930 **Assessoria Jurídica CMAS:** Neuza, algumas entidades que estão aqui, algumas já não estão
 931 mais parceirizadas e elas se mantêm pra poder ter recurso. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:**
 932 Isso, tá dentro de um bolo maior, a gente trabalha com subvenções, então cada subvenção tem
 933 ali, vocês vem: "Serviço de Convivência, Fortalecimento de Vínculo, com a entidade tal". Com
 934 as entidades A, B, C, D. Só que provavelmente vai vir uma outra pra substituir, porque uma
 935 região precisa acontecer. Então, um recurso, ele precisa permanecer no orçamento e isso é
 936 uma estratégia porque o recurso precisa permanecer no orçamento pra que a gente possa dar
 937 continuidade na ação. Senão a gente não tem ação, senão a gente termina. Se cada entidade
 938 que sair deixar de ser parceira, a gente tira o recurso, nós deixamos de executar um serviço.
 939 Não é a entidade, tá, gente, é um serviço. Serviço de Convivência, Fortalecimento de Vínculo,
 940 é PAEFI, é acolhimento institucional de criança, é acolhimento institucional de adulto, todos
 941 os nossos serviços estão dentro deste orçamento. Então, eles não podem ser simplesmente
 942 comparados a uma OSC. É o serviço. Esse serviço vai ser executado por nós ou vai ser
 943 executado por uma OSC. Isso é a gestão que vai definir. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T),**
 944 **Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** O serviço que
 945 tá ali, Serviço de Convivência, 80 metas, tá? É o valor anual. Não tá previsto reajuste, mas
 946 nesse valor está ali... Bom, a maioria nem viu essa planilha, tá vendo hoje. O valor que tá ali

947 não é o que tá sendo pago hoje ou é o que tá sendo pago hoje? **Neuza Nunes, ASSEPLA-**
 948 **FASC:** É o valor que tá sendo pago hoje. É o vigente. Vigente com o reajuste deste ano.
 949 **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** E a gente também percebeu que tem
 950 várias entidades executando exatamente o mesmo serviço com valores diferentes. **Neuza**
 951 **Nunes, ASSEPLA-FASC:** Porque serviço de convivência é um problema, por isso que eu
 952 disse que daí nos leva pra um outro caminho. Metas de OP. Quando é discutido OP numa
 953 região, de serviço continuado, geralmente são serviços de convivência, seja ele trabalho
 954 educativo ou antigo SASE, a região A delibera 50 mil pra execução do serviço de convivência.
 955 A outra, vai lá e delibera 100. Então, quando foram feito esses, porque hoje com a lei do
 956 Marco Regulatório ele não poderia vir mais pelo OP. Inclusive, a gente tá bancando isso, de
 957 não vir pelo OP. Essas metas de Serviço de Convivência são metas antigas que a maioria veio
 958 pelo OP. Hoje a gente tem os projetos aprovados, o projeto aprovado do Trabalho Educativo
 959 que foi aprovado pelos Conselhos, ele já tá com o valor adequado. Por que ele não tá com o
 960 valor adequado ainda? Acho que todos estão entre 750 o valor da meta. Porque ainda não
 961 tivemos um edital de chamamento público pra regularizar tudo isso. O serviço de convivência
 962 de 06 a 14, ele precisa também ser regularizado pra que a gente possa, a partir do ano que
 963 vem, ele estar estável e a gente poder manter um valor de uma meta adequada para todas as
 964 regiões de Porto Alegre e poder fazer a prestação desse serviço. **Jucemara Beltrame,**
 965 **Assessoria Jurídica CMAS:** Eu vi, o que me chamou profundamente a atenção, que é na
 966 Casa Lar para Idosos, tá? A diferença absurda assim de uma Casa Lar que é de “velhinhos
 967 normais” como a gente diz, e outras que tem o grau 1 e 2 que aí vocês sabem que é mais
 968 comprometido, essa que não tem dificuldade, lembrando que as casas lares há possibilidade de
 969 cobrança ainda de 70% do benefício do idoso. E essa aqui com 30 metas, pra cada idoso vale
 970 6.215 e pros outros que tem problema de saúde, que precisam, portanto de muito mais
 971 trabalhadores, que não têm autonomia, é 1.500. [Falas concomitantes]. **Neuza Nunes,**
 972 **ASSEPLA-FASC:** Por isso que é legal a gente poder ver o orçamento, essa questão do idoso,
 973 acolhimento do idoso grau 1 e 2, que é um valor muito baixo, são coisas, heranças antigas.
 974 **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** São todos de 2017. **Neuza Nunes,**
 975 **ASSEPLA-FASC:** São de 2017, mas, porém, o valor do per capita ele permaneceu. O ano
 976 passado que a gente teve um reequilíbrio, porque assim, tu imagina um idoso grau 2 recebendo
 977 60 reais. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Os idosos do Calábria valem
 978 mais que os idosos dos outros. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Mas não é pelo idosos do

979 Calábria, é pelo projeto antigo. Nós temos o projeto Acolhimento Institucional do Idoso que tá
 980 sendo revisado ou foi revisado, foi aprovado, não sei agora como é que tá. E nós temos um
 981 projeto novo de Casa Lar que ele é recente. [Falas concomitantes]. Então, assim, essas são as
 982 diferença e a gente tem muita dificuldade hoje na questão do idoso, do acolhimento do idoso e
 983 isso é uma questão. Por isso que é bom a gente ver. Porque a gente tem, a gente sente também
 984 a mesma situação. Mas enfim. Gente, são muitos números, efetivamente, são detalhes que a
 985 gente passa. A ideia que a gente fez aqui, tentou fazer e pode ser que ela não seja da melhor
 986 maneira, talvez seja com uma dificuldade maior de entendimento, mas a ideia é que a gente
 987 possa mostrar. Não é prestação de contas, tá? Mas ela é para que vocês entendam o que a
 988 gente paga pra cada e por onde a gente vai. E dessa maneira é que a gente monta o nosso
 989 orçamento. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º**
 990 **Região – CRESS – Coras Glória:** E aí, ó, tem um carro alugado pro CRAS Glória, Cristal,
 991 compartilhado. Este Conselho votou um carro pra cada CRAS. **Neuza Nunes, ASSEPLA-**
 992 **FASC:** Não, ele aqui, essa é a execução, ele vai ser separado, aqui é a execução que a gente tá
 993 tendo ainda este ano. A gente precisa fazer uma licitação, um valor que tá ali é para um carro.
 994 Isso vai ser separado, o valor vai ser acrescido. Depois ele vai ser acrescido, a gente tem que
 995 ver como é que vai ficar esse valor que nós temos aqui e o valor que a gente tem na matriz. A
 996 gente precisa fazer isso bem certinho. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional**
 997 **de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** Já era pra ter dois carros, pelo que a
 998 gente votou. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Não, vocês votaram com o recurso da
 999 calamidade, seis carros, que foi uma licitação que deu deserta e depois acrescentou mais.
 1000 Depois acrescentou, acrescentou um ano. O que aconteceu? A licitação foi, aconteceu. Tem o
 1001 processo da homologação da licitação, tem tudo certinho. O recurso destinado tá lá. O que
 1002 aconteceu? As licitações fracassadas. [Falas concomitantes]. E tem mais uma outra questão,
 1003 todo o recurso que tá deste ano, que é a da calamidade e que se não acontecer a licitação, lá
 1004 em janeiro nós temos que apresentar ao Conselho a reprogramação desse recurso. Não foi
 1005 reprogramação, foi um planejamento. Agora, em janeiro, quando dormir o ano, 31 de
 1006 dezembro, primeiro de janeiro eu não posso mais usar aquele recurso sem a reprogramação de
 1007 vocês, sem aprovação, sem a deliberação da reprogramação, porque eu tenho que trazer
 1008 aquele recurso pro orçamento como superávit, que vai ser recurso federal. É isto. Então, são
 1009 esses mecanismos que a gente tem que encontrar e é complicado. **Heloísa Helena Leão**
 1010 **Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** Só
 1011 que o usuário da calamidade tá precisando pra ontem. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Eu

sei. A gente aprovou um plano de calamidade em junho. Tem uma licitação, nós não podemos chegar lá e alugar um carro com ela. Eu não posso fazer isso, tem um processo de licitação e a licitação não aconteceu, deu deserta. Significa que não apareceu ninguém. **Heloísa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social 10º Região – CRESS – Coras Glória:** É que todas as licitações estão dando deserta. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Tá bom, mas aí, aí nós vamos, nós temos que seguir a lei federal, a lei que tá aí. Nós não podemos simplesmente alugar com o vizinho. Não posso alugar um carro com o vizinho. Mas não somos nós que licitamos. Graças a Deus, eu tô falando de uma regra geral. Mais alguma coisa? **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Agora relaxou, não tem prazo. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Desculpa a minha intervenção, mas eu acho que vocês podem estar fazendo propostas e nos dizendo, até para que a gente entre 2025, a gente tem 2024 ainda, pra que a gente possa sentar com vocês e comece a fazer um outro tipo de trabalho junto com vocês. **Tranquilo Fiametti (T), Fundação Fé e Alegria, Coras Humaitá/Navegantes:** O que define o valor do aluguel do carro? **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** É por lei. A gente pode até colocar um valor na licitação que faz isso, eu não sei nem explicar. Acho que tem um registro de preço da Prefeitura. É o registro, tem um registro de preço. No cadastro da licitação do município tem um registro de preço. Pode usar registro de preço de qualquer lugar do Brasil como referência. E às vezes, ele pode estar muito baixo ou ele pode estar muito alto e aí que tá uma equidade. Por exemplo, o que é exigido de uma locação de um carro? É exigido que o carro, tem alguns carros que tem que ser 0 km, ou seja, o proprietário vai comprar um automóvel pra colocar numa licitação que vai durar seis meses? O seguro. O que tipo de carro, ele tem que adesivar, também agora a gente tá exigindo essa questão de adesivo. Então, tem uma série de coisas que está sendo exigida. [Falas concomitantes]. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Então, vai pra Comissão de Política e Fiscalização. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Sexta-feira de manhã, reunião conjunta. **Neuza Nunes, ASSEPLA-FASC:** Ficamos à disposição. **João Virgílio de Almeida Garcia (T) – Fasc – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Obrigado, então, encerramos.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, às 16h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.